

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

Título: A aplicabilidade da contribuição de melhoria pela administração pública municipal

Autor: Tainá Rodrigues Gomide

Orientador: Walmer Faroni

Data da defesa: janeiro de 2009

Versa o presente trabalho um estudo sobre a contribuição de melhoria, que está prevista no art. 145, III da Constituição Federal, no Código Tributário Nacional, em seus artigos 81 e 82 e pelo Decreto-lei n. 195/67, que regulamenta o tributo. Consiste a contribuição de melhoria em um tributo que tem como hipótese de incidência a valorização imobiliária decorrente de obra pública. Assim, aquele que possua um imóvel que sofreu uma valorização decorrente de uma obra realizada pelo Poder Público, devolverá ao Erário o valor proporcional que acarretou o enriquecimento sem causa. Analisa-se o instituto para averiguar quais são os possíveis motivos de a Administração Pública não utilizar a contribuição de melhoria. Diante da importância do referido tributo, foi elaborada uma pesquisa exclusivamente qualitativa com o objetivo de compreender que motivos são responsáveis pela não-utilização da contribuição de melhoria, segundo a percepção dos atores estratégicos escolhidos como sujeitos da pesquisa. Oito gestores públicos municipais foram escolhidos e relataram experiências e percepções da contribuição de melhoria. Das entrevistas conduzidas e da pesquisa documental prosseguiu-se a escolha da

Análise de Conteúdo como técnica de análise dos dados. Verificou-se que a contribuição de melhoria é um tributo intimamente ligado à idéia de justiça fiscal, mas que tem tido pouca aplicabilidade prática, e que deveria, então, ter uma utilização mais efetiva. Para tanto, estuda-se o contexto de tal tributo no que diz respeito à gestão pública, às finanças públicas, aos recursos públicos, ao ordenamento jurídico, ao seu conceito, às suas características, e em especial o ideal de justiça e a efetividade ligada à contribuição de melhoria. Concluiu-se que os motivos da não utilização da contribuição de melhoria pelos gestores públicos municipais são: desconhecimento do tributo pelos gestores, complexidade em aplicar na prática a contribuição de melhoria, pouca representatividade no valor total das receitas públicas, e, principalmente, por questões políticas. A Lei de Responsabilidade Fiscal, que veda a renúncia de receitas, não gerou impacto no que diz respeito à arrecadação de contribuição de melhoria, devido à falta de conhecimento deste dispositivo, falta de fiscalização, e pela adoção de medidas de compensação de receitas tributárias.

Título: Análise do desempenho da pós-graduação da UFV após a implantação do programa de fomento PROF/CAPES

Autor: Alberto Simão da Silva

Orientadora: Nina Rosa da Silveira Cunha

Data da defesa: fevereiro de 2009

Objetivou-se, analisar o desempenho dos Programas de Pós-Graduação

da Universidade Federal de Viçosa – UFV, ao se implantar a nova gestão do Programa de Fomento à Pós-Graduação (PROF), criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O PROF caracteriza-se por apresentar nova filosofia e política de ação, com vistas a atender às peculiaridades das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e às particularidades de seus programas. Instituiu uma gestão descentralizada, o que permitiu às IFES aplicarem os recursos financeiros mediante seu próprio gerenciamento. Para isso, o convênio apresentou flexibilidade na aplicação e na alocação diferenciada dos recursos entre os programas, no âmbito da instituição. Facultou aos programas definirem o valor de aplicação entre bolsas e fomento e, no caso de bolsas, determinar o número a ser alocado para o nível de mestrado e de doutorado. A concepção central era desenvolver um processo de planejamento que, ao ser implementado, levasse à melhoria do desempenho da Pós-Graduação. Na UFV, ficou definido que a distribuição dos recursos entre os programas se baseasse em indicadores de desempenho, de forma a premiar a produtividade científica e a competência acadêmica. Tais variáveis foram: Tempo Médio de Titulação – TMT, Produtividade Científica – PC (composta por livros, capítulos, periódicos nacionais e internacionais somados aos respectivos fatores de impactos), Número de Alunos Matriculados no Programa – NAM e Conceito do programa na CAPES – CC. Visando analisar esse desempenho, foi verificada a evolução dessas variáveis, descreveu o crescimento da pós-graduação da UFV, examinou a necessidade

de rever as variáveis componentes do PROF/UFV e observou a opinião dos coordenadores a esse respeito. A pesquisa é classificada como exploratória e descritiva, de cunho quantitativo e parcela de caráter qualitativo. Quanto aos meios, classifica-se como um estudo de caso e documental, uma vez que, neste trabalho, foi analisada a evolução da pós-graduação da UFV, no período de 1998 a 2007. Constatou-se que todas as variáveis evoluíram positivamente neste período. O TMT reduziu 21,3% para o nível de mestrado e 16,2% para o de doutorado. O Índice de PC *per capita* aumentou 85,3%. O NAM cresceu 50,9% e o CC, comparando elevações e reduções, registrou saldo positivo de quatro elevações. Verificou-se ótima aceitação do PROF pelos coordenadores dos programas, além de considerar o seu atendimento melhor que o da DS/PROAP, que seria a outra opção. Com isso, evidenciou-se que o planejamento institucional com definições de metas, bem como a distribuição dos recursos de forma a premiar o bom desempenho, foram importantes para garantir o sucesso dos programas.

Título: Análise da eficiência socioeconômica dos municípios mineradores da Região Central do Estado de Minas Gerais

Autor: Ana Cristina Miranda Rodrigues

Orientadora: Suely de Fátima Ramos Silveira

Data da defesa: março de 2009

A compensação financeira prove-

niente da exploração mineral (CFEM), recebida pelos municípios mineradores, constitui um aporte volumoso de capital. Portanto, este estudo foi conduzido a fim de analisar a eficiência desses municípios na aplicação de recursos, durante os anos de 2003 e 2007. Assim, levantou-se a seguinte questão: os municípios arrecadadores de CFEM são socioeconomicamente mais eficientes que aqueles não-arrecadadores? Os modelos teóricos, utilizados no estudo, referem-se à gestão pública, finanças públicas, eficiência e recursos exauríveis. Para tanto, foram realizadas: (a) identificação das condições socioeconômicas de ambos os grupos de municípios – arrecadadores e não-arrecadadores de CFEM; e (b) análise da eficiência técnica desses municípios nos âmbitos social e de outras bases produtivas distintas à mineração. Para tratamento dos dados, foram utilizados os testes t para igualdades de médias emparelhadas e independentes, além da abordagem DEA – *Data Envelopment Analysis*. Os resultados permitiram identificar que os municípios arrecadadores apresentaram, em 2003 e 2007, superioridade de seus indicadores econômicos em relação aos não-arrecadadores, com exceção da atividade agropecuária. Em termos orçamentários per capita, os municípios de base mineradora apresentaram resultados superiores no ano de 2007. No que se refere aos modelos de eficiência técnica sob os pressupostos de retornos constantes à escala, identificou-se que os municípios arrecadadores de CFEM foram mais eficientes que os não-arrecadadores, apenas, no modelo aplicado às atividades produtivas distintas à mineração, como indústria, serviços

e agropecuária. Nos modelos aplicados à educação e à saúde, os municípios não contemplados pelos *royalties* do minério apresentaram maiores médias dos escores de eficiência. No entanto, no modelo de eficiência aplicado ao saneamento, observaram-se baixos escores médios em ambos os grupos de municípios analisados. Estes resultados devem estimular ações dos gestores públicos, que possuem poderes decisórios durante seus mandatos, de forma a contribuir para melhorias nas condições socioeconômicas dos municípios de base mineradora, por ser o minério um recurso não-renovável e, portanto, finito. Além disso, a atividade de extração mineral gera arrecadações expressivas nos orçamentos destes municípios.

Título: Desempenho, risco e funcionalidade do pregão eletrônico no setor público

Autor: Evandro Rodrigues de Faria

Orientadores: Marco Aurélio Marques Ferreira; Suely de Fátima Ramos Silveira; Luiz Antônio Abrantes

Data da defesa: março de 2009

No intuito de racionalizar e dar agilidade às compras públicas, foi instituído em 2002, na administração pública brasileira, o Pregão Eletrônico como forma de modernizar o processo de obtenção de produtos e serviços, proporcionando maior possibilidade de controle e transparência nos gastos públicos. Porém, pouco ainda se tem avançado na avaliação empírica desta ferramenta no Brasil. Portanto,

o presente estudo tem como objetivo investigar os benefícios, riscos e funcionalidades do pregão eletrônico no setor público com intuito de investigar se o Pregão Eletrônico é a modalidade de licitação mais eficiente para Administração Pública, no que se refere à redução de preço e tempo, bem como traçar o perfil das empresas participantes de Pregão Eletrônico⁴, avaliar quais os riscos que elas apresentam aos contratos de fornecimento e também avaliar os fatores que determinam a variação de preços em Pregões Eletrônicos do Setor Público. Para analisar qual é a modalidade de licitação mais eficiente quanto à redução de custos, foi realizado um teste de igualdade de médias, o teste-t pareado. Para traçar o perfil das empresas participantes do Pregão Eletrônico foram elaborados constructos de acordo com os princípios da Economia do Custos de Transação e estes foram validados através do Alfa de Cronbach. Posteriormente foram realizadas análises fatoriais e análise de cluster. Para análise dos fatores que determinam a variação de preços em Pregões Eletrônicos foram realizadas correlação de Pearson e regressão linear múltipla, com o intuito de explorar as relações entre as variáveis e construir um modelo para medir a variação dos preços. Os dados foram operacionalizados, utilizando-se os seguintes Softwares: “Statistic Package for Social Science” (SPSS) 15.0; e “Microsoft Excel”. Os resultados apontam que o pregão eletrônico é a modalidade de licitação mais vantajosa, pois apresenta menor tempo para finalização do processo e com chance de erro de 4,4%, comprovou que ele tem um potencial de redução mais significativo. Destaca-se que através das análises realizadas

foi possível classificar os fornecedores em três grupos distintos: alto risco, baixo risco e risco moderado, sendo o grupo de alto risco formado por 50% das instituições estudadas. Foi observado também que os fatores determinantes na variação de preços do pregão eletrônico são: o número de fornecedores, a especificidade dos ativos, a quantidade comprada e a frequência das transações representando um poder de explicação conjunta de 67,4%. Assim, conclui-se que o pregão eletrônico é um mecanismo que possibilita melhor gestão dos recursos públicos, com agilidade, transparência e publicidade desejadas. Entretanto, ele necessita de cuidados para que a expansão do número de fornecedores não se transforme em maiores riscos de desabastecimento devido a ações oportunistas e não cumprimento de contrato. Por isso é necessário que os órgãos públicos se preparem contra este tipo de comportamento, sendo rígidos e aplicando as punições previstas na lei. Além disso, os órgãos públicos devem desenvolver ações que busquem maximizar a redução dos preços na disputa, para conseguir assim, maiores ganhos econômicos através da redução dos preços pagos em seus processos licitatórios.

Título: Capacitação, socialização e institucionalização do conhecimento: uma análise da aprendizagem organizacional em municípios

Autor: Maria Inês do Carmo

Orientadores: Adriel Rodrigues de Oliveira; Nina Rosa da Silveira Cunha; Walmer Faroni

Data da defesa: março de 2009

Visando descrever o processo de aprendizagem organizacional em municípios, a pesquisa buscou identificar em que medida ocorrem a capacitação de pessoas, a socialização e a institucionalização do conhecimento em prefeituras municipais. As teorias que deram suporte ao estudo foram o Novo Institucionalismo Sociológico e a Teoria da Aprendizagem Transformativa. Utilizando-se de abordagem quali-quantitativa, efetuou-se um levantamento entre seis municípios do estado de Minas Gerais considerados de alto desempenho, segundo o Índice Mineiro de Responsabilidade Social. Os resultados apontaram grande frequência de ações voltadas à busca por capacitação de recursos humanos, ou seja, a aprendizagem no nível individual tem sido buscada com intensidade. No entanto, o dimensionamento de práticas voltadas à socialização e a institucionalização do conhecimento posicionou-se em escala menor. Quanto aos aspectos culturais que interferem na aprendizagem, observou-se que o ambiente das prefeituras estudadas apresenta características próprias às organizações que aprendem, havendo espaço para a diversidade e a autonomia. Todavia, na percepção dos secretários, aspectos como a estabilidade, os baixos salários praticados nos municípios e a precária interação entre os diversos órgãos das prefeituras são limitadores da aprendizagem organizacional e da melhoria da gestão municipal.

Título: Gestão de pessoas nas prefeituras de médio porte da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais: a perspectiva de agentes políticos

Autor: Solange das Graças Quirino

Orientadores: Adriel Rodrigues de Oliveira; Nina Rosa da Silveira Cunha; Lourdes Helena da Silva

Data da defesa: março de 2009

O presente estudo buscou compreender a visão do agente político sobre a gestão de pessoas no setor público. A gestão de pessoas no setor público é o esforço orientado para seleção, manutenção e desenvolvimento de pessoas, em conformidade com os ditames constitucionais e legais, observadas as necessidades e condições do ambiente em que estão inseridas. A compreensão desta situação deu-se a partir do referencial da teoria das representações sociais. Este estudo analisou o entendimento sobre as representações sociais de gestores municipais frente à gestão de pessoas de suas secretarias, além de identificar as principais dificuldades da gestão de pessoas compreendidas por esses sujeitos ao vivenciam tais situações. No percurso metodológico, foi utilizada a entrevista semi-estruturada. As falas dos gestores foram organizadas a partir da identificação das dimensões mais relevantes levantadas pelas questões. A realização da análise de conteúdo proporcionou desenvolver uma análise das representações sociais presentes no conteúdo das entrevistas. Os resultados demonstraram que, para os agentes políticos, a gestão de pessoas significa uma gestão que trata de aspectos ligados ao relacionamento interpessoal e ao desenvolvimento profissional. Neste aspecto, os agentes ressaltaram a presença de gerenciamento de conflitos, de interações em grupo, de problemas relacionados à

insatisfação. Concluímos que as práticas dos agentes sobre a gestão de pessoas estão focadas neste aspecto, deixando os outros pontos em segundo plano. Diante disso, a área de gestão de pessoas no setor público precisa investimento para ultrapassar a gestão tradicional para uma gestão mais voltada para valorização e profissionalização dos servidores.

MESTRADO EM ECONOMIA

Título: Especialização, diversificação e inovação nas indústrias das microrregiões brasileiras

Autor: Chrystian Soares Mendes

Orientadora: Sílvia Harumi Toyoshima

Data da defesa: fevereiro de 2009

As concentrações industriais voltaram a ser um tema de estudo importante na área de desenvolvimento econômico a partir das novas Teorias de Crescimento e de Desenvolvimento na década de 1980, tendo-se observado uma tendência à divergência de crescimento entre os países (e regiões) do mundo e não à convergência. Isso porque, com o pressuposto de retornos crescentes, algumas concentrações produtivas se tornam mais ricas do que outras, cuja externalidades não são tão significativas. O objetivo deste trabalho foi analisar o desempenho econômico das aglomerações industriais das microrregiões brasileiras, no período 1995 a 2006. Mais especificamente pretendeu-se verificar que tipo de aglomeração industrial foi responsável pela geração de maior emprego e renda e pela indução de mais inovação, se as aglomerações especializadas ou as diversificadas. A fim

de estudar as externalidades geradas nas aglomerações industriais brasileiras foram analisados 544 microrregiões, com base no modelo de Glaeser et al. (1992). Este modelo analisa três diferentes teorias: a primeira defende que a especialização industrial gera mais externalidades do que a diversificação industrial; a segunda, que é a diversificação que induz à geração de mais emprego e renda do que o outro tipo de concentração produtiva; e, a terceira teoria que afirma ser a competição local e não o monopólio melhor para o desenvolvimento das regiões. As metodologias aplicadas nesta pesquisa foram os Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e o Método dos Momentos Generalizados (GMM). Os resultados mostraram que a maioria das aglomerações especializadas estava situada em regiões mais desenvolvidas – Sudeste e Sul. Em oposição, as aglomerações diversificadas estavam intensivamente localizadas nas regiões brasileiras subdesenvolvidas – Norte e Nordeste. Os modelos econométricos indicaram que as microrregiões diversificadas tiveram um impacto positivo no emprego e as microrregiões especializadas um efeito negativo. Estes resultados corroboram a teoria de que a diversificação é mais favorável à geração de renda e emprego no geral, porém, ao analisar as regiões brasileiras separadamente, verifica-se outra dinâmica. Por outro lado, em sentido contraditório, observou-se que as microrregiões especializadas são mais eficazes na geração da inovação. Isso pode significar que essas regiões podem estar desenvolvendo tecnologias poupadoras de mão de obra, o que explicaria o efeito negativo das especializações sobre a renda e emprego.

Título: Impacto do Programa Bolsa Família no Município de São João da Ponte - MG

Autora: Gisele de Cássia Gusmão

Orientadora: Sílvia Harumi Toyoshima

Data da defesa: fevereiro de 2009

O objetivo deste trabalho foi avaliar o impacto do Programa Bolsa Família no Município de São João da Ponte, situado numa das regiões mais pobres do país, na mesorregião Norte de Minas. A análise do Bolsa Família compreendeu o estudo sobre o combate à pobreza, avaliando a qualidade do Programa no atendimento às famílias mais vulneráveis (grau de focalização), bem como as diferenças sociais e econômicas entre dois grupos de análise: o Grupo Tratamento (famílias beneficiadas) e o Grupo Controle (famílias não beneficiadas). Os dados foram coletados em uma pesquisa de campo realizada no município em estudo, no ano de 2008, onde foram entrevistadas 186 famílias. Para tanto, as metodologias utilizadas foram a Análise Discriminante e a Avaliação de Impacto. Os resultados mostraram que as variáveis que apresentaram maior poder discriminatório – referentes à saúde, alimentação e assistência social – classificaram corretamente 84.4% das famílias. Quanto à focalização, o erro de inclusão foi maior que o erro de exclusão: 28.6% e 10%, respectivamente. Na Avaliação de Impacto foi verificado que o benefício contribuiu em 94% no aumento da renda das famílias em extrema pobreza que, em alguns casos, corresponde à única fonte de renda. Porém, o benefício ainda é insuficiente para retirá-las da linha

de pobreza. Apesar disso, sua ausência manteria 21% das famílias na condição de extrema pobreza. Grande parte do benefício é destinada para a compra de alimentos, segundo 84% dos titulares do Programa. O Grupo Tratamento realiza mais refeições que o Grupo Controle, porém, a insegurança alimentar está presente em ambos os grupos de análise. O Programa facilitou o acesso das famílias beneficiadas aos serviços públicos de saúde, enquanto as não beneficiadas utilizam os serviços com menor frequência. Quanto à frequência escolar, a ausência do benefício não é motivo para as crianças e os adolescentes do Grupo Controle deixarem de frequentar a escola. Porém, o benefício faz com que as mães fiscalizem com maior rigor a frequência escolar dos seus filhos, uma vez que esta é uma condicionalidade para permanecer no Programa.

Título: Estratégias de contratações das empresas distribuidoras nos leilões de energia

Autora: Cristina Márcia Barros de Castro

Orientador: Geraldo Edmundo Silva Junior

Data da defesa: abril de 2009

As mudanças no modelo energético trouxeram uma série de novas regras para as empresas de energia, entre as quais se destacam as regras de comercialização de energia elétrica. Nesse novo ambiente as empresas de distribuição (DISTCOS) atendem suas demandas esperadas principalmente através de

contratos de longo prazo nos leilões de energia. Este trabalho apresenta uma análise detalhada dos leilões de energia no período de 2004 a 2008, além de desenvolver uma ferramenta de decisão de contratação ótima para as distribuidoras de energia de modo a minimizar seus custos de contratação e, ainda, objetiva realizar uma simulação dos leilões de energia existente conforme as regras de comercialização. As estratégias de contratação das distribuidoras são pautadas nas decisões se participa, ou não, dos três tipos de leilões de energia: A-1, com a quantidade de energia começando a ser distribuída um ano após o leilão, A-3 e/ou A-5, com entrega a três ou cinco anos depois nos leilões, respectivamente. Dessa forma, os participantes ainda decidem a quantidade de energia que deverá ser contratada. O resultado da análise até 2008 mostra que a maioria das DISTCOS optou por contratar no leilão de energia existente, denominado de A-1, por eles possuírem o menor preço. Esses resultados foram confirmados pelo método de algoritmos genéticos usado para avaliar a função objetivo estabelecida para as DISTCOS. A simulação dos leilões de energia existente permitiu concluir que à medida que o número de agentes eleva-se, o preço praticado nos leilões tende a reduzir dada a maior competitividade entre os participantes e o aumento do risco de ficar descontratado, o que implica em penalizações ao agente, além de gerar custos maiores na contratação no mercado de curto prazo, caso os preços praticados sejam maiores.

Título: Efeitos da infraestrutura nos fluxos comerciais da América do Sul

Autor: Fabrício Oliveira Cruz

Orientador: Orlando Monteiro da Silva

Data da defesa: junho de 2009

A rápida mudança na estrutura produtiva e tecnológica dos países, associada ao processo de globalização nas últimas décadas, afetaram a estrutura do comércio internacional. O comércio internacional é um forte determinante do desenvolvimento econômico afetando o crescimento econômico, redução da pobreza e das desigualdades. As mudanças socioeconômicas vivenciadas pelos países da América do Sul nos anos 1990 tornaram o comércio entre eles, mais dinâmico e a busca pela redução das barreiras ao comércio tornou-se obrigação. Uma das barreiras não tarifárias ao comércio é a infraestrutura e por isso esse estudo visa a analisar a importância da infraestrutura para o fluxo comercial entre os países da América do Sul de 2000 a 2006. As principais teorias de economia internacional explicam por que os países comercializam, contudo não determinam qual a intensidade desse comércio. A equação gravitacional é utilizada para medir a intensidade e os determinantes do comércio internacional entre um par de países. Tendo em vista que o estoque de infraestrutura é composto por um conjunto de diferentes variáveis, faz-se necessário a construção de um índice que agregue de forma eficiente o conjunto dessas variáveis. Optou-se, portanto, pela utilização da análise fatorial para a construção do referido índice. Os resultados obtidos estão em sua maioria de acordo com o esperado e estatisticamente significativos. Demonstrem também que o comércio

entre dois países da América do Sul está mais relacionado com o tamanho da economia do parceiro comercial (país j) do que com o PIB real do próprio país (país i) e negativamente relacionado a distância entre os países. O índice de infraestrutura calculado mostrou-se condizente com o esperado, sendo que uma variação de 10% no índice de infraestrutura provoca um aumento de aproximadamente 8% no fluxo comercial. O fato de países possuírem mesma fronteira, serem membros do Pacto Andino, o grau de abertura de suas economias também tem efeito positivo sobre o fluxo comercial. Sendo assim, esse estudo torna-se um indicativo para os formuladores de política pública do poder que a infraestrutura tem sobre o comércio e quais os países e setores que estão mais defasados.

MESTRADO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

Título: Avaliação do Programa de Saúde da Família na perspectiva da Atenção Primária Ambiental

Autora: Verônica Amorim Silva

Orientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto

Data da defesa: março de 2009

O desenvolvimento social e econômico tem repercussões nas relações que ocorrem nos ecossistemas, causando impactos sobre a saúde das populações. Para o setor saúde, este contexto representa um desafio que o obriga a revisar a situação de deterioração ambiental e sua repercussão sobre a qua-

lidade de vida das comunidades. Nesse contexto, é importante a incorporação da problemática ambiental nas ações do Programa de Saúde da Família (PSF), considerando sua proposta de promoção da saúde da população, por meio da inclusão dos princípios da proposta da Atenção Primária Ambiental (APA), em sua prática. A APA é uma estratégia que reconhece o direito do cidadão de viver em um ambiente saudável e ser informado sobre os riscos ambientais em relação à saúde, como também define suas responsabilidades e deveres em relação ao ambiente e a saúde. Nesse sentido, a pesquisa centrou-se nas seguintes questões: a atenção primária, por meio do PSF, incorpora os problemas ambientais do processo saúde-doença da população em seus serviços e ações? De que forma? Como as famílias atendidas pelo PSF percebem essa questão? Ou seja, o estudo tem como objetivo avaliar o desempenho do PSF, numa perspectiva da APA, considerando a realidade da saúde ambiental e as ações desenvolvidas para identificação e solução dos problemas ambientais, que atingem a saúde e refletem sobre a qualidade de vida das famílias, no município de Teixeira/MG. Trata-se de um estudo de abordagem quanti-qualitativa e de caráter descritivo-exploratório, no qual foram utilizadas para a coleta de informações tanto entrevistas semi-estruturadas quanto observações e pesquisa documental em instituições locais. Os dados mostraram que o PSF não aborda a saúde ambiental em sua prática, apesar de existirem riscos ambientais no município, como questões de lixo, a falta de cuidados com o córrego, queimadas, poluição do ar e desmatamentos, percebidos pela quase

totalidade dos usuários. Os demais setores e instituições do município, que possuem responsabilidade na fiscalização e discussão de fatores ambientais determinantes no processo saúde-doença da população, são ineficientes na solução da problemática ambiental, indicando a necessidade da incorporação da APA pelo PSF. O perfil dos usuários do PSF, basicamente do sexo feminino adulto, convive em um ambiente precário, de baixa renda, em más condições de higiene e insalubridade, que podem contribuir para o surgimento de doenças, como a diarreia. Essas unidades familiares são atendidas por Agentes Comunitários de Saúde (ACS), preferencialmente do sexo feminino, com ensino médio completo, que atuam no PSF entre 2 a 4 anos, demonstrando uma alta rotatividade desses profissionais. Dentre as atividades que realizam com maior intensidade, está a marcação de consultas e entrega de remédios e receitas, indicando que a prática dos serviços está ligada ao modelo ainda hegemônico, o biomédico, na prática dos serviços da saúde. Reconhece-se que os ACS não possuem a competência e habilidades requeridas para o perfil profissional esperado, especialmente para as atividades de saúde ambiental, necessitando de programas de capacitação, como treinamentos introdutórios e a educação continuada, que adote uma ação educativa crítica. Quanto ao desempenho do PSF, em termos de vigilância ambiental, apesar da satisfação com o acesso e qualidade dos serviços, os usuários não se sentem contemplados com ações de vigilância em saúde ambiental; pela falta de conhecimento técnico-científico dos ACS, cuja rotina de trabalho volta-se

mais para as ações curativistas, por meio de assistência individual. Há, portanto, a necessidade da capacitação da equipe de saúde do PSF na identificação dos agravos e riscos ambientais à saúde, conscientização da população e uma maior articulação com os demais setores responsáveis pelo meio ambiente e saúde, por meio de práticas holísticas, humanizadas e intersetoriais, numa ótica de promoção da saúde, como um direito de cidadania e, portanto, de melhoria da qualidade de vida.

Título: O gênero da casa: vivências masculinas no espaço doméstico

Autora: Zuleika Andrade Câmara Pinheiro

Orientadora: Márcia Pinheiro Ludwig

Data da defesa: abril de 2009

Esta pesquisa desenvolveu-se em torno de experiências e vivências masculinas dentro do espaço da casa, no qual descrevemos e analisamos as percepções e valores de homens urbanos de camadas popular e média da cidade de Fortaleza/Ceará, no sentido de identificarmos se há a configuração de *donos de casa*. O estudo problematizou as articulações simbólicas produzidas pelos processos culturais, que acabam dando significado e sentido comum à construção de práticas discursivas que atribuem o espaço da casa à mulher, deixando de fora do domínio doméstico atitudes, comportamentos e ações masculinas como se o “mundo da casa” não pertencesse também aos homens. O espaço doméstico, tido como predom-

minantemente *lugar da mulher*, é dotado de valores e normas diferenciados do espaço público, predominantemente *lugar de homem*. Ambos constituem esferas distintas de ação, que encobrem tensões e embates à medida que essencializam espaços e papéis. Essa percepção é estabelecida por determinadas dinâmicas culturais para sujeitos de sexos diferenciados. Partimos do pressuposto de que a mídia tem enfatizado que a grande maioria dos homens ocidentais estaria mudando suas atitudes e concepções relacionadas à vida cotidiana doméstica e adquirindo novos hábitos de maior participação dentro de casa, do que emergem alguns questionamentos. Poderíamos afirmar que existe a categoria de homens *donos de casa*? Será que os homens que executam atividades domésticas se sentem constrangidos no desempenho de tais atividades? No marco dessas discussões, adotamos como estratégia metodológica o estudo de caso através de uma pesquisa qualitativa de natureza descritivo-analítica. Masculinidades, gênero e espaço doméstico formaram a linha central deste estudo. Com uma abordagem multidisciplinar e recorrendo à Antropologia e à Sociologia como ancoragem teórica, tais conceitos – masculinidades/gênero/espaço doméstico – possibilitaram, juntamente com outros argumentos teóricos, especificar nossa ótica no sentido de compreender a realidade estudada. A principal característica deste estudo foi o deslocamento do olhar, ou seja, problematizou-se a relação casa/homem e suas vivências da domesticidade. O resultado da pesquisa deixou claro que não podemos afirmar que existirem homens *donos de casa*. Ficou evidenciado, sim, que os homens

que possuem discurso mais politizado e articulado num contexto de atividades sociais manifestaram posturas mais coerentes quanto às questões das atividades dentro de casa. Tais discursos ficaram aparentes nos homens cujas profissões estavam atreladas a um campo de conhecimento da área das Ciências Humanas. Alguns homens conseguem dilatar o olhar para o espaço doméstico como “coisa de homens e mulheres”; e as atividades domésticas são importantes e necessárias. A maioria deixou claro que faz o trabalho doméstico com “naturalidade”. Ficou evidente que a “natureza biológica” dos sujeitos é autorizada pela “natureza social”, e, desse modo, homens e mulheres vão tecendo suas performances e identidades. Assim, gênero cria e expressa condição de diferença e, portanto, os sujeitos vão construindo, sublimando e identificando o que para si serão suas *vestimentas* para demarcar quem são. De modo geral, os argumentos e declarações dos homens ainda são carregados de valores morais e conservadores, no que se refere à masculinidade e às atividades domésticas.

Título: Trabalho e qualidade de vida dos cuidadores domiciliares de idosos residentes em Teixeira, Minas Gerais

Autor: Paulo Henrique Bittencourt Moreira

Orientadora: Simone Caldas Tavares Mafra

Data da defesa: junho de 2009

Atualmente no Brasil, crescem em importância os estudos sobre cui-

dados domiciliários à saúde de pessoas idosas e seus cuidadores, em razão das transições demográfica e epidemiológica do país. Na Atenção Básica, com a implementação do Programa Saúde da Família (PSF), o cadastramento das famílias feito pelos agentes comunitários de saúde tornou visíveis as necessidades de saúde desses pacientes, antes confinados a seus lares, e de seus cuidadores. Este estudo teve como objetivo avaliar a sobrecarga de trabalho e a qualidade de vida de cuidadores domiciliares de idosos atendidos por equipes de saúde da família, relacionando-a a características sociodemográficas, condições de saúde e o grau de independência funcional do idoso. Foram entrevistados 66 cuidadores familiares atendidos por equipes de PSF do município de Teixeira-MG. Os instrumentos utilizados foram: 1) caracterização do cuidador domiciliar e do idoso; 2) WHOQOL-bref, para avaliação de qualidade de vida subjetiva; 3) *Zarit Burden Interview* (ZBI), para avaliação da sobrecarga do cuidador, e 4) Escala de Medida de Independência Funcional (MIF), para avaliação da capacidade fun-

cional dos idosos. Os cuidadores eram, em sua maioria, mulheres (83,3%), casadas (62,2%) com média de idade de 50,5 anos. Na condição de filhas ou filhos (37,9%) e esposas ou esposos (24,2%), cuidavam de idosos com até 50% de dependência para atividades básicas da vida diária (MIF total = 57,82) e estavam moderadamente sobrecarregados (Zarit total = 32,12). Apresentaram melhor escore de qualidade de vida no domínio físico (66,72) e pior no domínio meio ambiente (52,51). Os resultados permitiram concluir que a qualidade de vida do cuidador correlacionou-se estatisticamente à sobrecarga percebida, indicando que quanto menores os escores em todos os domínios do WHOQOL-bref, maior a sobrecarga. Não houve associação estatística significativa entre o grau de independência funcional e a qualidade de vida do cuidador. Políticas públicas efetivas destinadas a oferecer uma rede de serviços de suporte às famílias de pessoas idosas são primordiais para a diminuição da sobrecarga do cuidador e, conseqüentemente, melhora da sua qualidade de vida e de seus familiares.